

RICARDO BARRETTO DE ANDRADE

DIREITO A MEDICAMENTOS

O Direito Fundamental à Saúde
na Jurisprudência do STF

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2014

Copyright © 2014 by Ricardo Barretto de Andrade

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Luisa Maria D. G. Pereira

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

A553d Andrade, Ricardo Barretto de.

Direito a medicamentos : o direito fundamental à saúde na
jurisprudência do STF / Ricardo Barretto de Andrade. - Rio de
Janeiro : Lumen Juris, 2014.

217 p. ; 21 cm.

Bibliografia: p. 195-205.

Originalmente apresentada como dissertação do autor
(mestrado-Universidade de Brasília, 2012).

ISBN 978-85-8440-154-3

1. Medicamentos – Política governamental - Brasil. 2. Direito à
saúde - Brasil. 3. Direitos fundamentais - Brasil. 4. Política de saúde
– Brasil. 5. Brasil. Supremo Tribunal Federal. I. Título.

CDD – 342.81085

Sumário

Introdução.....	1
1. O Direito à Assistência Farmacêutica	
no contexto dos direitos sociais	7
1.1. A definição de assistência farmacêutica adotada	7
1.2. A exigibilidade dos direitos sociais	
enquanto direitos subjetivos.....	10
1.3. Direitos sociais e o atendimento das necessidades básicas.....	23
1.4. O âmbito de proteção do direito social	
à assistência farmacêutica.....	28
1.5. A reserva do financeiramente possível como limite	
ao direito à assistência farmacêutica?	31
2. O Direito à Assistência Farmacêutica no Brasil.....	43
2.1. A subjetividade do direito à assistência farmacêutica.....	43
2.2. A individualidade do direito à assistência farmacêutica.....	46
2.3. O conteúdo constitucional dos Direitos	
à Saúde e à Assistência Farmacêutica	53
2.4. Elementos para compreensão da assistência farmacêutica.....	63
2.5. Da relação entre políticas públicas e direitos	
individuais com os sistemas da política e do direito	72
3. O ordenamento jurídico infraconstitucional e as políticas	
públicas voltadas à assistência farmacêutica.....	79
3.1. O marco inicial: a Lei Orgânica da Saúde	80
3.2. A distribuição federativa de responsabilidades	
no âmbito da assistência farmacêutica.....	83

3.3. As políticas nacionais de Medicamentos e de Assistência Farmacêutica	88
3.3.1. A Relação Nacional de Medicamentos (Rename)	89
3.3.2. A ampliação do escopo das políticas públicas de assistência farmacêutica em face das necessidades individuais por medicamentos.....	92
4. O Direito à Assistência Farmacêutica	
na experiência do Supremo Tribunal Federal.....	99
4.1. Metodologia e critérios delimitadores do objeto de análise.....	102
4.2. A jurisprudência do STF sobre assistência farmacêutica.....	104
4.2.1. A primeira fase: a atuação da Corte se origina a partir da existência de uma política pública específica	104
4.2.2. A segunda fase: o reconhecimento do direito independentemente de política pública específica e o debate de questões próprias à assistência farmacêutica....	126
4.2.2.1. O custeio de despesas com transporte para tratamento terapêutico	127
4.2.2.2. A possibilidade de bloqueio e sequestro de verbas públicas para cumprimento de medida liminar	131
4.2.2.3. Reexame de provas pelo STF em matéria de assistência farmacêutica	136
4.2.2.4. A repercussão geral da controvérsia sobre o fornecimento de medicamentos de alto custo pelo Estado	141
4.2.2.5. A legitimidade do Ministério Público para promover ação civil pública em favor de direito individual.....	146
4.2.2.6. A necessidade de prescrição do tratamento por médico do SUS	150
4.2.3. A terceira fase: o STF passa a dialogar e estimula a ação dos demais Poderes	151

4.2.3.1. A Audiência Pública - Saúde.....	152
4.2.3.2. A posição do STF após a audiência pública.....	171
4.2.3.3. A possibilidade de decisões com destinatários indeterminados.....	180
4.3. Os possíveis efeitos da atuação do Supremo Tribunal Federal nas políticas públicas de assistência farmacêutica.....	182
4.3.1. A instituição da Comissão Permanente de Assistência Farmacêutica	182
4.3.2. A criação do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF)	183
4.3.3. A reformulação do Componente Básico da Assistência Farmacêutica	184
4.3.4. Uma grande reforma na assistência terapêutica	185
4.3.5. O reconhecimento legal das pactuações federativas.....	190
Considerações Finais.....	191
Referências.....	195